

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SÃO PAULO ENTRE 2005 E 2014

ANALYSIS OF THE EVOLUTION OF SPECIAL EDUCATION ENROLLMENTS IN SÃO PAULO BETWEEN 2005 AND 2014

ANÁLISIS DE LA EVOLUCIÓN DE LA MATRÍCULA EN EDUCACIÓN ESPECIAL EN SÃO PAULO ENTRE 2005 Y 2014

Alexandre Dido Balbinot¹
Ariel Haubert²

Resumo

A presente pesquisa apresenta uma análise evolutiva da inclusão de portadores de necessidades especiais, através dos dados de matrículas, no período entre 2005 e 2013 no Estado de São Paulo. A metodologia utilizada foi um estudo de caráter ecológico, composto por uma série histórica de dados provenientes dos Censos Educacionais. Foram incluídas, como dados, as matrículas provenientes de estabelecimentos de ensino de diferentes dependências administrativas (pública e privada) do Estado de São Paulo, entre os anos de 2005 e 2014. Para a análise, esses dados foram tabulados em uma planilha do programa *Microsoft Office Excel 2013*, também utilizado para a construção dos gráficos. Findada esta etapa, os dados foram transferidos para o programa *Stata 11*, onde foi empregada uma análise descritiva e de frequência — além de análise inferencial composta por Correlação de Spearman, Regressão de Poisson robusta e Intervalo de Confiança de 95% . O nível de significância empregado na análise foi de $p < 0,001$. Foram analisadas 106.039.232 matrículas provenientes da educação básica, sendo 1.567.979 da educação especial (479.590 de instituições privadas e 1.088.389 públicas). Observou-se, com os resultados, uma retração no número total das matrículas da educação básica em 1%; entretanto, a educação especial não apresentou variação significativa. Referente à modalidade de atendimento da educação especial, evidenciou-se retração das matrículas em escolas exclusivamente especializadas, em torno de 3%, enquanto nas classes especiais essa retração foi de 17%. Em relação às classes do ensino comum, não foi encontrada uma alteração significativa. Foi possível observar, através deste estudo, que mesmo com a necessidade de maiores avaliações e avanços em diversos aspectos, a educação especial — na perspectiva inclusiva — cresce satisfatoriamente. Atualmente, considera-se as particularidades das pessoas com deficiência e entende-se essa perspectiva como a mais adequada e de maior valia para esses sujeitos.

Palavras-chave: Educação especial. Necessidades educacionais especiais. Inclusão escolar. São Paulo.

Abstract

This research presents an evolutionary analysis of the inclusion of people with special needs, through enrollment data, in the period between 2005 and 2013 in the State of São Paulo. The methodology used was an ecological study, composed of a historical series of data from the Educational Censuses. Enrollments from educational establishments in different administrative departments (public and private) in the State of São Paulo between 2005 and 2014 were included as data. For the analysis, these data were tabulated in a *Microsoft Office Excel 2013* spreadsheet, also used for the construction of the graphs. After this stage, the data were transferred to the *Stata 11* program, where a descriptive and frequency analysis was used - in addition to inferential analysis composed of Spearman's Correlation, robust Poisson Regression, and 95% Confidence Interval. The level of significance used was $p < 0.001$. 106,039,232 enrollments from basic education were analyzed, with 1,567,979 from special education (479,590 from private institutions and 1,088,389 from public institutions). With the results, a decrease in the total number of enrollments in basic education was observed by 1%; however, special education did not change significantly. Regarding the special education service modality, there was a retraction of enrollments in exclusively specialized schools, around 3%, while in special classes this retraction was 17%. Regarding the classes

¹ Graduado em Educação física (UNISINOS). Pós-graduado em Avaliação e Prescrição de Treinamento Físico Personalizado (ESEF/UFRGS). Pós-graduação em saúde mental coletiva (HPSP/RIS/ESP). Mestre em saúde coletiva (UNISINOS/ CAEPS). Professor especialista do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado do Municipal de Cachoeirinha/RS.

² Graduanda de Psicologia. Educadora social do Município de Cachoeirinha/RS.

of common education, no significant change was found. It was possible to observe, through this study, that even with the need for greater evaluations and advances in several aspects, special education - in the inclusive perspective - grows satisfactorily. Currently, the particularities of people with disabilities are considered and this perspective is understood as the most appropriate and most valuable for these subjects.

Keywords: Special education. Special Educational Needs. School inclusion. São Paulo/Brazil.

Resumen

Este trabajo presenta un análisis de la evolución de la inclusión escolar de personas con necesidades especiales, a partir de los datos de la matrícula, en el período de 2005 a 2013, en el estado de São Paulo. La metodología utilizada fue un estudio de carácter ecológico, compuesto por una serie de datos provenientes de censos educacionales. Se incluyeron como datos las matrículas provenientes de instituciones educativas de diferentes instancias administrativas (públicas y privadas) del estado de São Paulo, entre los años 2005 y 2014. Para el análisis, esos datos fueron procesados en una planilla del programa *Microsoft Office Excel 2013*, también usado para la construcción de los gráficos. Una vez terminada esa etapa, los datos fueron trasladados al programa *Stata 11*, en donde se realizó un análisis descriptivo y de frecuencia — además de análisis inferencial, compuesto por la correlación de Spearman, regresión de Poisson con varianza robusta e intervalo de confianza de 95%. El nivel de significación empleado fue de $p < 0,001$. Se analizaron 106.039.232 matrículas provenientes de la educación básica, de las cuales 1.567.979 fueron de educación especial (479.590 de instituciones privadas y 1.088.389 públicas). Se pudo observar, en los resultados, una retracción de 1% en el número total de matrículas de educación básica, sin embargo, la educación especial no presentó una variación significativa. En cuanto a la modalidad de atendimento en la educación especial, se evidenció retracción de las matrículas en escuela exclusivamente especializadas, alrededor de 3%, mientras que en las clases especiales esa retracción fue de 17%. Respecto a la matrícula en las clases de la educación común, no se encontró alteración significativa. Fue posible observar, por medio de este estudio, que, aun necesitando de más evaluaciones y adelantos en diversos aspectos, la educación especial — en la perspectiva inclusiva — crece satisfactoriamente. Actualmente, se toman en consideración las particularidades de las personas con deficiencia y se percibe esa perspectiva como la más adecuada y la de más valía para esos sujetos.

Palabras-clave: Educación especial. Necesidades educativas especiales. Inclusión escolar. São Paulo.

1 Introdução

A caminhada relacionada aos direitos das pessoas com deficiência, tanto a nível mundial quanto nacional, não é simples nem recente. Para compreender o presente estudo e suas análises das matrículas destes sujeitos em diferentes instituições e modalidades de ensino, é preciso compreender um pouco do processo ocorrido até então, pois são muitas variáveis que determinaram e influenciam o cenário atual (NORBERTO *et al.*, 2014).

A Constituição Nacional de 1988, que, dentre as diferentes diretrizes para o país, dispõe a educação como um direito de todo o cidadão brasileiro e dever do Estado, além de repudiar e criminalizar qualquer forma de exclusão ou preconceito. Esta compreensão é decorrente do que fora convencionado em Salamanca, quando, em 1994, reuniram-se representantes de mais de 80 países para discutir a forma como os deficientes eram atendidos em cada nação e para formular padrões mundiais para esses atendimentos. No documento final desta convenção, denominado de Declaração de Salamanca, as diferentes nações ficaram comprometidas em arcar com todas as despesas necessárias para ampliar a qualidade do atendimento dado às

pessoas com deficiência, desde acessibilidade em locais físicos, políticas públicas e capacitação de profissionais (BRASIL, 1988; SANTOS, 2000, PORTAL MEC, 1994).

Com base em tal documento, cada país se organizou do modo que julgou mais adequado. No Brasil, a educação das pessoas com deficiência se iniciou com o movimento das escolas especiais e das APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Essas instituições surgiram antes do encontro de Salamanca, na década de 1950, porém foram expandidas no decorrer dos anos. Os pais que tinham filhos com alguma deficiência ou limitação, de modo geral, recorriam apenas a essas instituições pois, era lá, que estas crianças e adolescentes receberiam um atendimento especializado — com foco no desenvolvimento integral do sujeito, com respeito ao seu tempo e suas possibilidades (MENDES, 2010; MIRANDA, 2004; FERREIRA, 1991; ROGALSKI, 2010).

Reconhecendo o trabalho realizado em tais instituições, porém reconhecendo, também, que os educandos com deficiência poderiam beneficiar-se da troca com pares ditos “normais”, iniciou-se discussões sobre a criação das classes especiais. Esses espaços consistiam em turmas compostas apenas por sujeitos com necessidades especiais, atendidas por profissionais especializados, mas inseridas dentro do ambiente da escola regular. Na maior parte da carga horária escolar, estes sujeitos interagiam apenas com pares com deficiência, e nos raros momentos em que tinham a oportunidade da convivência com os demais alunos das instituições, essas trocas tendiam a ser pobres (MARTINS; LEITE, 2014; JANNUZZI, 1992).

Ao observar o aparente fracasso da classe especial, surgiram movimentos e discussões — iniciados com famílias de educandos com deficiência, expandindo-se para a sociedade brasileira — para que essas crianças e adolescentes pudessem ser incluídas de modo mais efetivo, realizando trocas em variados momentos e não apenas no recreio ou atividades esporádicas, como outrora. Percebeu-se, também, que as classes especiais não prestavam um bom serviço à população em relação à redução do preconceito com essas pessoas e aceitação das diferenças. Assim, em outubro de 2009, o então presidente da república assinou a resolução nº 4, que institui as diretrizes para o atendimento dos alunos provenientes da educação especial dentro das escolas e classes regulares. Assim, toda e qualquer criança, com ou sem deficiência, em idade escolar, deve estar matriculada em uma classe comum de ensino (BRASIL, 2009).

Complementar a esta resolução, em novembro de 2011, através do decreto nº 7.611, são estabelecidas as providências que deveriam ser tomadas para o atendimento aos sujeitos com deficiência dentro das escolas regulares e classes comuns. Assim, fica instituída a existência do Atendimento Educacional Especializado (AEE), como forma de complementar ou suplementar ao que o aluno com deficiências, síndromes, TGD ou altas habilidades/superdotação recebe na

sala de aula convencional. Tal suporte deve ser ministrado pelo professor especializado e para tal, a escola deve estar equipada por uma sala de recursos multifuncionais que possibilite o desenvolvimento destes sujeitos de modo mais amplo e completo, através da troca constante com pares em sala de aula comum, e atendimento diferenciado que valorize suas potencialidades, minimize suas dificuldades e respeite suas diferenças e tempo de aprendizado (BRASIL, 2011; SILVA, 2009).

Desta forma, o presente estudo apresenta a análise da evolução da inclusão de portadores de necessidades especiais, através dos dados de matrículas no período entre 2005 e 2013, no Estado de São Paulo.

2 Método

Essa investigação é um estudo ecológico, longitudinal, composto por uma série histórica de dados, sendo estes, dados secundários provenientes dos Censos Educacionais brasileiros que são disponibilizados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Mais especificamente, esses dados se referem às matrículas provenientes dos censos, através do domínio <http://portal.inep.gov.br>. Foram incluídas as matrículas provenientes de estabelecimentos de ensino de diferentes dependências administrativas (pública e privada) do Estado de São Paulo, entre os anos de 2005 e 2014.

Os dados foram coletados no mês de janeiro de 2016 através do *download* das sinopses dos censos educacionais referentes aos diferentes anos abordados. Após a estratificação dos arquivos, foram coletados os dados que faziam referência à quantidade de matrículas da educação básica; da educação especial; da educação especial na modalidade de escolas especiais; da educação especial nas classes especiais; e da educação especial em classes regulares do ensino comum. Estes dados também foram coletados ao se estratificar pela dependência administrativa de locação da matrícula (pública ou privada) e para cada ano estudado.

Para a análise, os dados foram tabulados em planilha do programa *Microsoft Office Excel* 2013. Este programa também foi utilizado para a construção dos gráficos. Findada esta etapa, os dados foram transferidos para o programa *Stata* 11 e empregou-se uma análise descritiva e de frequência, além de análise inferencial composta por Correlação de Spearman, Regressão de Poisson robusta, e Intervalo de Confiança de 95%. O nível de significância empregado foi de $p < 0,001$.

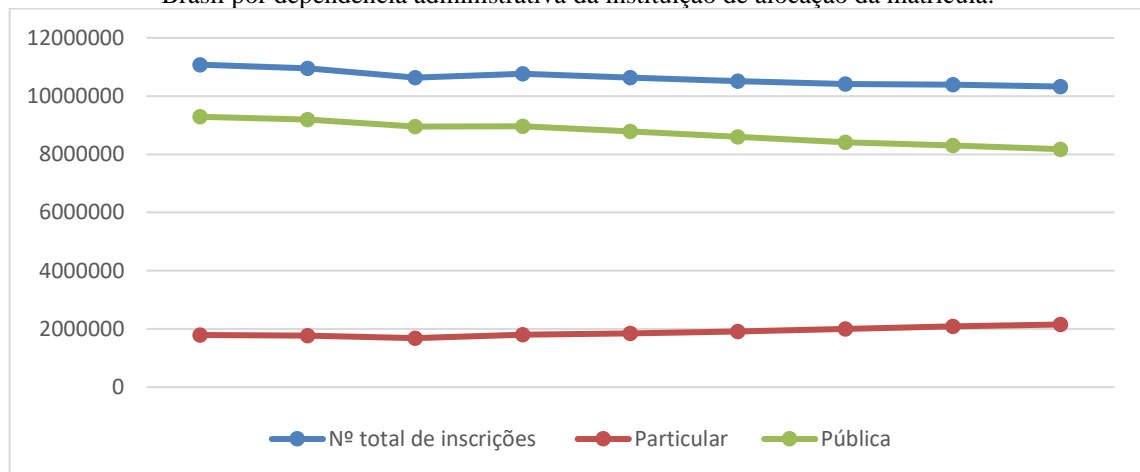
3 Aspectos éticos

Este estudo utilizou dados secundários e de domínio público. As informações são disponibilizadas pelo Ministério da Educação, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INPE). Desta maneira, não é observada a necessidade de submissão do estudo para apreciação por comitê de ética em pesquisa.

4 Resultados

Foram analisadas 106.039.232 matrículas provenientes da educação básica do Estado de São Paulo ao longo dos 10 anos estudados, sendo 19.306.515 de instituições particulares e 86.732.717 de instituições públicas. Referente estritamente à educação especial, contemplou-se 1.567.979 matrículas, 479.590 particulares e 1.088.389 públicas. Das matrículas especiais, 480.272 são de instituições exclusivamente especializadas (412.466 privadas e 67.806 públicas), 90.846 de classes especiais do ensino regular (7.347 privadas e 83.499 públicas), 996.861 de classes comuns do ensino regular (59.777 privadas e 937.084 públicas). A evolução das matrículas totais é apresentada no Gráfico 1.

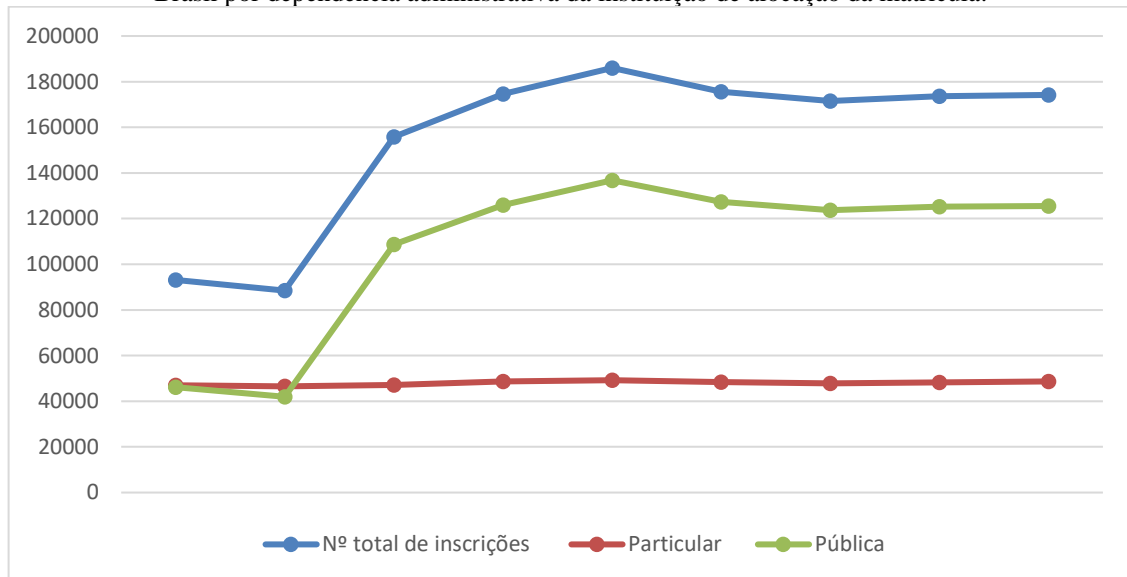
Gráfico 1: Evolução das matrículas referentes ao ensino básico entre 2005 e 2014 no Estado de São Paulo/ Brasil por dependência administrativa da instituição de alocação da matrícula.



Foi evidenciada média de 156.797,9 (DP= 35.561,0) matrículas anuais na educação especial, com o menor valor no ano de 2006 com 88.489 matrículas, e o maior valor no ano de 2009 com 186.014 matrículas. Estratificando-se por dependência administrativa, observou-se média de 47.959 (DP= 856,9) matrículas anuais para a rede privada, com maior valor no ano de 2009 (49.217) e o menor no ano de 2006 (46.527), enquanto que a rede pública apresentou média anual de 108.838,9 (DP=34.842,9) matrículas por ano com menor valor no ano de 2006

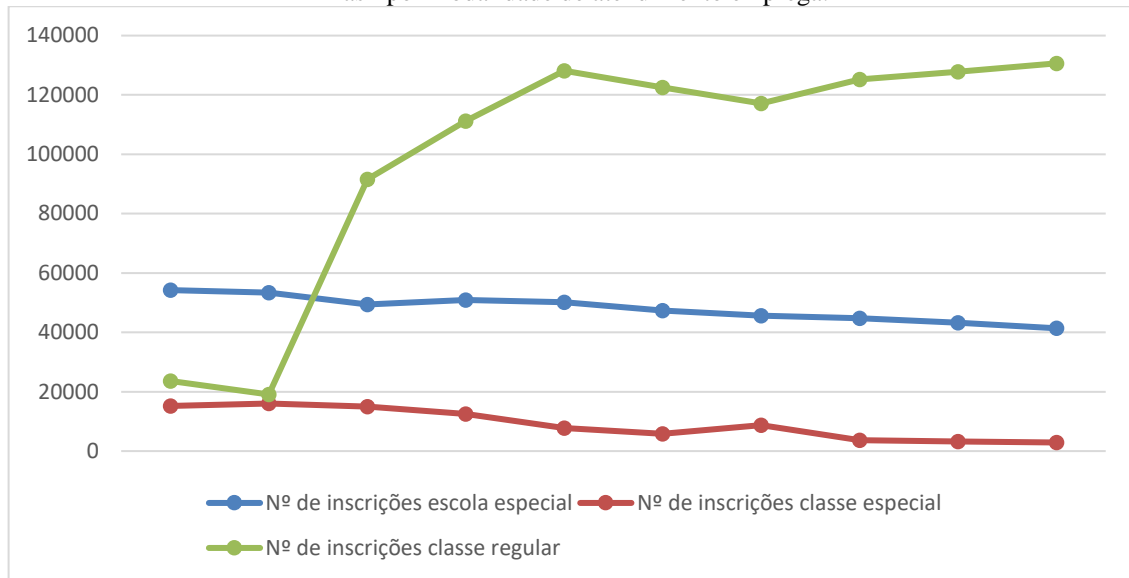
(41.962) e maior no ano de 2009 (136.797). A evolução das matrículas totais para a educação especial, assim como para cada rede de ensino, é apresentada no Gráfico 2.

Gráfico 2: Evolução das matrículas referentes à educação especial entre 2005 e 2014 no Estado de São Paulo/ Brasil por dependência administrativa da instituição de alocação da matrícula.



A média anual de matrículas para a modalidade de atendimento da educação especial, através de escolas exclusivamente especializadas foi de 48.027,2 (DP=4.300,24) matrículas, com o maior valor no ano de 2005 (54.236) e o menor no ano de 2014 (41.370). Para a modalidade de atendimento através de classes especiais dentro do ensino regular, evidenciou-se média de 9.084,6 (DP= 9.084,6) matrículas por ano, sendo o maior valor no ano de 2006 (16.026) e o menor no ano de 2014 (2.895). Por fim, para as matrículas da educação especial em classes comuns do ensino regular, foi observada média de 99.686,1 (DP= 42.829,9) matrículas por ano, com maior valor no ano de 2014 (130.640) e o menor valor no ano de 2006 (19.071). A evolução das matrículas da educação especial por modalidade de atendimento é apresentada no Gráfico 2.

Gráfico 3: Evolução das matrículas referentes à educação especial entre 2005 e 2014 no Estado de São Paulo/ Brasil por modalidade de atendimento emprega.



Pode-se observar que entre os anos de 2005 e 2014 houve no Estado de São Paulo retração no número total das matrículas do ensino básico em 1% ($p < 0,001$). Todavia, ao se estratificar a análise por dependência administrativa, não foi encontrada variação significativa para ambas categorias, pública ($p = 0,133$) e privada ($p = 0,020$).

Diferentemente, a educação especial não apresentou variação significativa em seu contingente de matrículas ao longo do período ($p = 0,008$). Este fenômeno foi semelhante tanto para a rede pública de ensino ($p = 0,289$) quanto para a privada ($p = 0,014$).

Já especificamente referente à modalidade de atendimento da educação especial, foi possível evidenciar retração nas matrículas em escolas exclusivamente especializadas em torno de 3% ($p < 0,001$). Esta diminuição do total das matrículas das escolas especiais se repetiu quando os dados foram estratificados segundo dependência administrativa das instituições de origem das matrículas, tanto para a rede pública como para a rede privada, com uma diminuição respectivamente de 8% ($p < 0,001$) e de 2% ($p < 0,001$).

Também se observou diminuição na quantidade de matrículas para as classes especiais do ensino regular e/ou da educação de jovens e adultos ($p < 0,001$). Para esta modalidade, a diminuição foi de 17% ao longo do período. Ao se estratificar por dependência administrativa, ficou evidente a diminuição das matrículas nas instituições públicas em 6% ($p < 0,001$); entretanto, não foi observada alteração significativa para a rede privada ($p = 0,028$).

Por fim, a modalidade de atendimento em classe regular do ensino comum e/ou de jovens e adultos, demonstrou, ao contrário das demais modalidades, manutenção em seu contingente de matrículas ($p = 0,005$). Contudo, ao se estratificar por dependência

administrativa, ficou evidente o aumento em 19% nas matrículas para a rede privada ($p < 0,001$), enquanto não houve uma alteração significativa para a rede pública ($p = 0,007$).

Tabela 1: Análise por Regressão de Poisson robusta para evolução das matrículas entre 2005 e 2014 no Estado de São Paulo/ Brasil segundo o ano de origem.

Variável	RP	IC 95%	p
Nº de inscrições no Ens. Esp. em escola especial			
Total	0,97	0,97-0,97	<0,001
Particular	0,98	0,98-0,98	<0,001
Pública	0,92	0,91-0,93	<0,001
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe especial			
Total	0,83	0,78-0,87	<0,001
Particular	0,94	0,90-0,99	0,028
Pública	0,81	0,77-0,86	<0,001
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe regular			
Total	1,12	1,03-1,22	0,005
Particular	1,19	1,12-1,28	<0,001
Pública	1,12	1,03-1,22	0,007
Nº Total de inscrições no Ens. Esp.			
Total	1,06	1,01-1,10	0,008
Particular	1,00	1,00-1,01	0,032
Pública	1,08	1,01-1,15	0,014
Nº Total de inscrições no ensino básico			
Total	0,99	0,99-0,99	<0,001
Particular	1,00	0,93-1,07	0,020
Pública	0,93	0,85-1,02	0,133

Ficou evidente, através da análise de correlação, que o total das matrículas da educação básica está correlacionado positivamente com os totais de matrículas da modalidade de atendimento em classes especiais e em escolas exclusivamente especializadas. As correlações são descritas na Tabela 2.

Tabela 2: Análise através da Correlação de Spearman entre o Total de matrículas no ensino básico e as matrículas na educação especial entre 2005 e 2014 no Estado de São Paulo/ Brasil.

	Nº Total de inscrições no ensino básico	
	Spearman's rho	p
Nº de inscrições no Ens. Esp. em escola especial	1,000	<0,001
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe especial	0,903	<0,001
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe regular	-0,770	0,009
Nº Total de inscrições no Ens. Esp.	-0,406	0,224

5 Discussão

As matrículas da educação básica apresentaram, como um todo, diminuição ao longo do período, fato também observado em outros estudos semelhantes — provenientes de outros Estados brasileiros. Este fenômeno parece estar associado à modificação do perfil demográfico da população paulista, assim como do Brasil de um modo geral, com uma retração no tamanho da população em idade escolar (IBGE, 2010).

Em relação ao ensino especial, não foi observada modificação significativa ao longo do período estudado na quantidade de matrículas. Este fenômeno não corrobora com o proposto pelas políticas internacionais e nacionais de educação especial, onde é almejada a ampliação do atendimento, em busca da cobertura universal dos sujeitos com necessidades educacionais especiais (SILVA, 2009); reforça-se, assim, o estudo de Meletti e Ribeiro (2014) que relata uma baixa quantidade de matrículas da educação especial no território brasileiro.

Observa-se que mesmo com a retração da quantidade de estudantes na educação básica, ambos os grupos estudados, quanto à dependência administrativa (pública e privada), não chegaram a apresentar modificação significativa ao longo do período. Semelhantemente ao observado para a educação especial, não foi encontrada uma alteração significativa para ambos os grupos de dependência administrativa em evidência. Este fato demonstra que não há uma evolução ou empenho efetivo por parte da rede privada ou pública para atendimento da demanda. Este fenômeno pode ser decorrente do elevado custo de implementação e/ou ampliação do atendimento em educação especial, quando comparado ao ensino regular.

Referente à modalidade de atendimento, ficou evidente que, em parte, as políticas públicas têm conseguido direcionar o atendimento dos sujeitos com necessidades educacionais especiais para aquilo que é preconizado na atualidade como sendo o mais benéfico e efetivo tipo de atendimento (GARCÍA-CEDILO; ROMERO-CONTRERAS, 2016). Este fato é notado através da redução significativa das matrículas em escolas exclusivamente especializadas, ou seja, as escolas especiais, assim como nas classes especiais do ensino regular. Este é um passo

importante, pois deixa de promover a exclusão e a segregação dos sujeitos com deficiência em nível educacional (NORBERTO *et al*, 2014). Mesmo assim, não é apresentada como solução final do problema, ou conclusão do processo de inclusão educacional e social.

É necessária ainda a busca pela ampliação do atendimento em classes comuns do ensino regular. No período estudado, não foi observado aumento significativo destas matrículas — o que torna o processo de inclusão ainda aquém do almejado. Todavia, é evidente a tendência de ampliação da oferta e cobertura através das classes comuns quando observamos que a maior quantidade de matrículas nesta modalidade ocorreu no ano de 2014, o mais recente ano abordado.

Cabe frisar que o presente estudo aborda a evolução da educação especial, tendo as quantidades de matrículas como determinantes da evolução do processo de inclusão. Entretanto, a garantia e disponibilização de vagas indiferente da modalidade de atendimento, não são sinônimas, por si só, da qualidade do serviço prestado aos sujeitos. Emerge, a partir de então, a necessidade de análise da qualidade dos serviços prestados pelas instituições de ensino.

6 Considerações finais

A inclusão das pessoas com deficiência nos diferentes meios sociais vem sendo trilhada a pequenos passos; entretanto, as discussões sobre este tema vêm se ampliando — especialmente na última década. Um dos âmbitos que está em maior movimento na sociedade atual é a educação. A educação brasileira vem avançando através de resoluções, leis e decretos que visam garantir os direitos destes sujeitos e os deveres dos financiadores das instituições públicas e privadas, para promover a inclusão.

Esse processo evolutivo da educação é evidenciado, também, através dos dados aqui apresentados e que demonstram a alteração do paradigma de atendimento para os sujeitos com necessidades educacionais especiais. Acompanhando o que é preconizado pelas políticas de atendimento nacionais, corroboradas por outros países, o estado de São Paulo tem demonstrado uma alternância no modelo de atendimento empregado, com vistas à inclusão. Entretanto, é notável que o processo ainda se encontra em desenvolvimento, e um longo caminho ainda deve ser trilhado.

Ainda que com algumas melhorias evidentes, são necessárias maiores avaliações e avanços em diversos aspectos da educação especial. Esses avanços irão proporcionar uma perspectiva inclusiva universal que considere as particularidades das pessoas com deficiência,

além de disponibilizar mecanismos e instrumentos mais adequados, e de maior valia, para seu desenvolvimento.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 7.611, DE 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011. Brasília, Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 28 jan. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica, 2009.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 mai. 2020.

PORTAL MEC. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Espanha: 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acessado em: 20 dez. 2018.

FERREIRA, Júlio Romero. Notas sobre a evolução dos serviços de educação especial no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 1, n.2, p.101-106, 1991.

GARCIA-CEDILLO, Ismael; ROMERO-CONTRERAS, Silvia. Influencia del tipo de escuela (especial o regular) y algunas variables socioeconómicas sobre el aprovechamiento escolar del alumnado con discapacidad. **Educare**, Heredia, v. 20, n. 1, p. 1-26, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.15359/ree.20-1.1>.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2018&id_pagina=1. Acesso em: 02 fev. 2012.

JANNUZZI, Gilberta S. de Martino. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Editores Associados, 1992.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; LEITE, Lucia Pereira. As contribuições da Educação Especial para promoção da educação inclusiva nas normativas brasileiras. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 4, n, p. 189-2010-210, 2014.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira; RIBEIRO, Karen. Indicadores educacionais sobre a educação especial no Brasil. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 34, n. 93, p. 175-189, 2014.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 22, n. 57, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, DATASUS. **Estatísticas Vitais**. Disponível em:
<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>. Acesso em: 02 fev. 2015.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História, deficiência e educação especial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 15, p. 1-7, 2004.

NORBERTO, Márcia Creuza Lucas de Moraes *et al.* Breve histórico da educação especial no Brasil no ensino regular. **Revista brasileira de educação e saúde**, v. 4, n. 1, 2014.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de educação do IDEAU**, v. 5, n. 12, 2010.

SANTOS, Mônica Pereira dos. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: Consequências ao Sistema Educacional Brasileiro. **Integração**, v. 22, n. 10, p. 34-40, 2000.

SILVA, Larissa Maciel Gonçalves. **Educação especial e inclusão escolar sob a perspectiva legal**. 2009. Disponível em:
<https://professortiago.jimdo.com/app/download/8881160269/Educa%C3%A7%C3%A3o+especial+e+inclusiva+escolar+sob+a+perspectiva+legal.pdf?t=1410643760>. Acesso em: 28 mar. 2019.